

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



MOVIMENTO NEGRO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO RACISMO NO SISTEMA FORMAL DE EDUCAÇÃO

Fernando Primo¹

Reursion Coimbra²

RESUMO

O presente artigo busca discutir como a população negra e sua organização em movimentos sociais negros ao longo de todo século XX foi capaz de influenciar na construção de políticas públicas de combate ao racismo sobretudo no campo da educação. A aprovação da Lei nº 10.639 que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira é uma conquista importante no combate ao racismo que perpassa toda estrutura social brasileira, inclusive a educação formal.

Palavras-chave: Movimento Negro. Lei nº 10.639. Política Pública Educacional.

ABSTRACT

The present article seeks to discuss how the black population and its organization in black social movements throughout the 20th century was able to influence the construction of public policies to combat racism, especially in the field of education. The approval of Law 10.639 that established the mandatory teaching of "Afro-Brazilian history and culture" is an important achievement in the fight against racism that permeates the entire Brazilian social structure, including formal education.

Keywords: Black Movement. Law 10.639. Public Educational Policy.

¹ Universidade Federal de Goiás; Doutorando PPGE/UFG; fernando.primo@discente.ufg.br

² Universidade Federal de Uberlândia; Doutorando PPGE/UFG; reurison.coimbra@ufu.br

PROMOÇÃO



1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em raça e racismo deve-se ter em mente as especificidades sociais, culturais, econômicas etc. que estes termos carregam de acordo com cada sociedade. Neste artigo abordamos raça e racismo como um conceito construído socialmente e que no caso brasileiro possui algumas especificidades. O mito da democracia racial amplamente difundido no Brasil criou a ilusão de uma sociedade racialmente harmônica. No entanto, a morte de jovens majoritariamente negros, a desigualdade socioeconômica e a exclusão social marcadamente racial, episódios de diários de racismo expostos nos meios de comunicação e as disputas em torno das cotas raciais para o ingresso nas universidades e empregos públicos contrariam tal realidade.³

O combate ao mito da democracia racial e o acesso ao ensino formal sempre foram duas importantes causas do movimento negro brasileiro na luta por políticas públicas de combate ao racismo. Com a Proclamação da República e com a abolição do sistema escravista a população negra se organiza e passa a reivindicar o direito à educação que historicamente lhe foi negado. O surgimento da Frete Negra (FN) e do Teatro Experimental do Negro (TEN) na primeira metade do século XX, e do Movimento Negro Unificado (MNU) na segunda metade deste período marcam a luta e a conquista de importantes vitórias com as modificações ocorridas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação provocadas pela aprovação da Lei nº 10.639. A organização da população negra no enfrentamento ao racismo

Neste breve ensaio procuramos discutir como a população negra brasileira organizada foi capaz de conquistar importantes políticas públicas de combate ao racismo que implicaram modificação no sistema de ensino formal. Através da ação de seus militantes e intelectuais nos mais diferentes territórios (congresso, universidades, praças etc.) essa parcela da população historicamente excluída das políticas públicas obteve uma importante vitória com a inclusão no currículo oficial da

³ Segundo o Mapa da Violência, editado pelo Ministério da Justiça e pelo Instituto Sangari, o número de brancos mortos vem diminuindo ao longo dos anos, enquanto os casos envolvendo negros aumentam. Em 2008, o número de jovens negros de 18 a 25 anos vítimas de homicídio foi 134% maior do que o de jovens brancos.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" tensionado as relações raciais e procurando descolonizar os currículos.

2 RAÇA E RACISMO

Quando pensamos sobre raça e racismo devemos ter em mente as especificidades sociais, culturais, econômicas etc. que estes termos carregam de acordo com cada sociedade. No caso brasileiro podemos falar que existe um racismo à brasileira que o diferencia de outras manifestações ao longo do mundo globalizado. Conforme Munanga (2013), no Brasil ainda temos muita dificuldade para compreender as manifestações do racismo por causa das suas particularidades e da crença de que aqui, diferente do que aconteceu com a população negra norte americana ou com a sul-africana, não houve no Brasil uma segregação com base nos marcadores raciais. Ainda de acordo com o autor, isso se deve ao mito de democracia racial brasileira, que “apoiado, entre outras, nas ideias de sincretismo cultural, de cultura e identidade mestiças, de povo mestiço etc., e que se contrapõem às ideias de diversidade e de pluralismo cultural.”

De acordo com Munanga (2004), a origem etimológica de raça é o termo italiano *razza*, e este por sua vez veio do termo latino *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Foi neste sentido que ela foi aplicada pelo naturalista sueco Carl Von Linné (1707-1778) para categorizar plantas. Ao fazer uma abordagem conceitual da noção de raça, Munanga destaca como este conceito, usado nas ciências naturais para a classificação de plantas e animais, foi transportado para as ciências humanas e passou a ser utilizado para legitimar as relações de dominação, primeiro entre os próprios europeus e posteriormente utilizado por eles para justificar sua pretensa superioridade sobre os povos colonizados.

Segundo Quijano, a ideia de raça surge num momento em que o branco europeu constata as diferenças entre os indígenas e os conquistadores espanhóis na América. Mas, segundo o autor, a associação da raça com a cor não se deu nesse primeiro contato. Conforme Quijano (2013), a ideia de “cor” é anterior e não possuía inicialmente uma conotação racial. “Esta “cor” [branca] somente se

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

constitui um século depois, entre os anglo-americanos durante o século XVIII, com a expansão da escravidão dos africanos na América do Norte e nas Antilhas britânicas. (Idem, p. 47).

Naquele momento, segundo Munanga (2004), a cor da pele foi um critério fundamental para diferenciar as chamadas raças. Posteriormente, continua o autor, no século XIX, foram atribuídas outras características morfológicas como forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, do ângulo facial etc. Essa construção foi tão eficaz que até hoje pesa no imaginário coletivo a ideia de uma humanidade dividida em três raças estanques: raça branca, negra e amarela (Idem, p. 4). O grande problema é que os naturalistas brancos europeus dos séculos XVIII-XIX não se limitaram a apenas classificar. Desde o início eles procuraram reproduzir uma hierarquia e uma valoração entre as raças “erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais” (Idem, p. 5).

No Brasil, o último país a abolir o sistema escravista, a escravidão se constitui como a base da sociedade. E, conforme Almeida (2017), o preconceito racial e a ideologia da inferioridade da população negra, a divisão racial do trabalho construiu o lugar do negro no Brasil. As consequências negativas advindas dessa classificação e hierarquização, o racismo, estão presentes até hoje, e a existência de diversos movimentos sociais de contestação comprova que essas ideias atravessaram séculos de dominação colonialista.

3 MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO FORMAL

A Educação para as relações raciais exige de cada um de nós o enfrentamento dos conflitos e tensões que marcaram, e ainda marcam, as relações entre cultura negra e africana e o padrão cultural hegemônico europeu. Conflitos e tensões que ao longo do processo de construção da ideia de povo brasileiro foram mascarados pelo mito da democracia racial⁴, amplamente combatido pelos

⁴O sociólogo Gilberto Freyre é apontado por vários autores como um dos principais teóricos sobre o mito da democracia racial ao afirmar em seu livro Casa-Grande e Senzala (1933) que, no Brasil, conviveram de forma amistosa brancos, indígenas e negros desde a escravidão.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



movimentos negros, segundo o qual, “se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros [...] por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros” (BRASIL, 2004a).

Desde o período colonial a população negra teve seu acesso proibido às letras (GONÇALVES E SILVA, 2000, p. 135). Essa restrição atingia os escravizados africanos, ainda que alguns deles recebessem nas escolas jesuítas lições de catecismo ou aprendessem as primeiras letras para atingir sua “elevação moral”, A educação que lhes era oferecida era nada mais que um instrumento no processo violento de aculturação e de controle social (FERREIRA & BITTAR, 2019, p. 479). Posteriormente, de acordo com Gonçalves e Silva (2000, p. 135), no período imperial e no início do republicano, a população negra passou a ter acesso aos cursos noturnos destinados a livres e libertos visando sua preparação para o trabalho num momento em que se defendia a construção de um projeto de nação. Mas como destacado por Peres, essas experiências de inclusão de escravizados e libertos não indicam que a educação era um direito assegurado a essa parcela da população brasileira.

Durante toda a história da educação brasileira o que se viu foi a exclusão da população negra desse direito básico. E, ciente de sua condição, a população negra passa a se organizar e no início do século XX surgem os “primeiros movimentos de protestos dos negros com o formato de um ator coletivo moderno, que se constrói na cena política, lutando contra as formas de dominação social” (FERNANDES, *apud* GONÇALVES E SILVA, 2000, p. 138). E, desde o início, o Movimento negro identifica que o acesso à educação formal seria uma boa estratégia para conseguir atingir o mercado de trabalho em condições de igualdade com os brancos, além de uma forma de conscientizar o negro de sua condição de desigualdade (GONÇALVES, 2000, p. 337).

Na primeira metade do século XX surgem dois importantes expoentes do Movimento negro brasileiro: a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 16 de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

setembro de 1931 e o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias do Nascimento em 1944, no Rio de Janeiro. A criação da FNE foi “uma resposta, em condições históricas dadas, ao mito da democracia racial”⁵ (SANTOS, *apud* PEREIRA, 2010, p. 83). De acordo com Santos (2014), a educação formal também era um dos objetivos nucleares deste movimento e entre suas principais ações está a criação de uma escola de curso primário em sua sede (SANTOS, *idem*, p. 66). O TEN oferecia cursos de alfabetização e cultura geral, pois seu projeto aliava ao mesmo tempo uma ideia de emancipação política, cultural e educacional. Conforme Santos (2014, p. 74) o projeto de educação do TEN não se reduzia apenas a “ensinar a ler e escrever formal e mecânico; procurava, antes, oferecer ferramentas com as quais os integrantes [...] pudessem “reescrever o mundo” reflexiva e criticamente, questionando a dominação social e racial e que estavam submetidos.”

Conforme Amílcar Araújo Pereira (2010), a partir dos anos 70 do século XX surge o movimento negro contemporâneo com importantes diferenciações em relação ao movimento negro anterior. A partir deste momento há um avanço na definição das pautas do movimento e estas passam a reivindicar o acesso da população negro ao ensino médio e universitário (Gonçalves, 1997). Nesse período também se organiza o movimento negro de base acadêmica. Conforme Alex Ratts (2009, 2011), liderado por alguns/umas mestres e doutores/as que hoje são referência dos estudos de relações raciais e das culturas negras, se inseriram nas universidades, sobretudo públicas, a exemplo de Kabengele Munanga, Muniz Sodré e Joel Rufino dos Santos, posteriormente Leda Maria Martins, Maria de Lourdes Siqueira, Helena Theodoro Lopes, Henrique Cunha Jr., Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (RATTS, 2011).

A participação ativa de intelectuais ativistas negros/as na luta pela mudança na estrutura do sistema educacional fica mais evidente no período da Convenção Nacional “O Negro e a Constituinte” (1986) quando diversas entidades se reuniram em Brasília para formular propostas a serem apresentadas para o poder legislativo,

⁵O mito da democracia racial seria composto por três elementos principais: 1) a crença que nossas relações raciais são harmoniosas; 2) a crença idealizada da miscigenação, ocultando as práticas violentas do colonizador branco contra as mulheres negras e indígenas; 3) a crença no fato de que o atraso social dos negros é exclusivamente ao seu passado escravista. (SANTOS, 1985:288)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

com destaque para as demandas para a educação. As propostas tinham como objetivo garantir uma educação que não reproduzisse preconceitos e estereótipos e a inclusão do ensino de sua história a partir de uma perspectiva que valorizasse a contribuição efetiva da população negra na construção social brasileira.

De acordo com o sociólogo Sales Augusto dos Santos (2014), as reivindicações políticas da área de educação sempre perpassaram a luta dos movimentos negros. Mas, foi na década de 1980, a partir da realização de vários encontros regionais que as demandas da área educacional ganharam ainda mais prioridade. Os encontros priorizaram as demandas educacionais inclusivas, focadas, sobretudo, na integração da população negra no ambiente escolar. Propunham também a criação de parâmetros curriculares “que terminassem com a colonização intelectual, o eurocentrismo (ou branco-centrismo) e os problemas atinentes à autoestima e à evasão escolar dos(as) discentes negros(as), todos decorrentes dos prismas ideológicos sustentados pelo sistema educacional” (Idem).

Além dos encontros regionais, os movimentos negros organizados atuaram em outras frentes, inclusive levando suas demandas para o debate político no Parlamento brasileiro, tendo no intelectual, ativista e político Abdias Nascimento um símbolo da luta antirracista, reconhecido internacionalmente, destaca Santos (2014). No entanto, foi preciso mais de meio século até que os movimentos e intelectuais negros conseguissem conquistar uma legislação que inclui de maneira obrigatória o estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira.

4 A LEI Nº 10.639 E O COMBATE AO RACISMO E ENSINO FORMAL

As modificações na legislação educacional representam um novo momento da história da educação brasileira. Mas, como vimos anteriormente, essa mudança está diretamente relacionada com a luta e articulação dos movimentos negros, que pautaram a inclusão da população negra e sua contribuição ativa na formação da sociedade brasileira, no sistema de educação formal, mas com muita resistência do

PROMOÇÃO

APOIO



sistema dominante. De acordo com Jaccoud e Beghin (2002, p. 55 e 56) as ações dirigidas ao enfrentamento da questão racial podem ser divididas em ações afirmativas, políticas repressivas e ações valorativas. As ações valorativas,

“têm por meta combater estereótipos negativos, historicamente construídos e consolidados na forma de preconceitos e racismo. Tais ações têm como objetivo reconhecer e valorizar a pluralidade étnica que marca a sociedade brasileira e valorizar a comunidade afro-brasileira, destacando tanto seu papel histórico como sua contribuição contemporânea à construção nacional. Nesse sentido, as políticas e as ações valorativas possuem caráter permanente e não focalizado. Seu objetivo é atingir não somente a população racialmente discriminada – contribuindo para que ela possa reconhecer-se na história e na nação –, mas toda a população, permitindo-lhe identificar-se em sua diversidade étnica e cultural.” (JACCOUD e BEGHIN, 2002, P. 55 E 56)

O surgimento da Lei nº 10.639, em janeiro de 2003, e posteriormente a criação de Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Raciais (DCNERER) e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em outubro de 2004, podem ser entendidas como um conjunto de ações valorativas pois que reconhecem a necessidade, por parte do Estado, de intervir no combate ao racismo, à discriminação e às desigualdades raciais no Brasil.

Como podemos observar, a partir desses marcos legais os conteúdos curriculares das instituições de ensino fundamental, médio e superior, públicos e privados, devem incluir o estudo da História da África e dos africanos nas suas atividades, dando visibilidade às lutas dos negros, suas culturas, e o seu papel na formação histórica da sociedade nacional, resgatando suas contribuições positivas nas diferentes áreas (social, econômica, política, entre outras). Assim, todo sistema de educação formal deve estar atento para a constituição de propostas de ensino/aprendizagem que valorizem a história e a cultura dos afro-brasileiros e africanos, e que sejam comprometidas com uma educação étnico-racial positiva e o combate ao racismo estrutural da sociedade brasileira (Almeida, 2018).

Tanto a alteração ocorrida na LDB quanto a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são resultados do empenho e articulação dos movimentos sociais negros e de intelectuais negros ao longo de todo século XX, tendo na educação um ponto central para o combate ao racismo

PROMOÇÃO

APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

estrutural da sociedade brasileira (Santos, 2014). A aprovação da lei reconhece “as injustiças e discriminações raciais contra os negros no Brasil [e dá] prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil” (Santos, 2005, p. 32), sendo, portanto, uma conquista histórica dos intelectuais e movimentos sociais negros, a partir de antigas reivindicações (Santos, 2014 e 2005).

Todavia, a obrigatoriedade legal, por si só não garante a inclusão e discussão da temática étnico-racial, seja nos currículos escolares dos cursos de graduação, seja na produção acadêmica universitária. Nem assegura o desenvolvimento de novas pedagogias para a construção de relações étnico-raciais positivas que despertem e fortaleçam a consciência negra uma consciência antirracismo entre os/as discentes, podendo inclusive surtir um efeito contrário, isto é, perpetuar o preconceito e visões estereotipadas sobre negros (pretos e pardos), indígenas e/ou povos africanos.

Assim, quando pensamos em um currículo que tem como objetivo educar para relações raciais devemos ter em mente que este é um processo que necessita articular “processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola” (SECAD, 2006). A inserção da educação para as relações raciais e o ensino da história da África e dos africanos nos currículos é uma ação importante para o combate ao racismo, mas nem sempre esta inclusão ocorre de maneira correta.

Para Rafael Sanzio dos Anjos (2005), o estudo do território africano deve ser um componente fundamental para que possamos compreender melhor a influência das questões que envolvem a cultura negra na sociedade brasileira. Contudo, como verificado pelo autor, há diversas análises sobre o território africano que omitem o “profundo vínculo entre a base geográfica e os eventos históricos que nela se desenrolaram e lhe sentiram a influência”, ocultando desta maneira que esta base foi produzida “pelas relações sociais ao longo da sua evolução histórica, suas desigualdades e contradições e a apropriação que esta e outras sociedades fizeram, e ainda o fazem, dos recursos da natureza.” (ANJOS, 2005, p. 174). Segundo o

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



autor, tal omissão não tem outro propósito senão o de encobrir os vários séculos de opressão dos europeus (exploradores, traficantes de africanos escravizados e de missionários) e relegar a um lugar insignificante e secundário para o continente africano (ANJOS, 2005). Ainda segundo Anjos (2005), verifica-se nos livros didáticos a ocorrência de inadequações metodológicas, a criação de estereótipos e a reprodução de informações desatualizadas sobre a África e seus habitantes. A superação desta visão eurocentrada exige que abandonemos o que Carlos Moore Wedderburn classificou como o “empenho eurocêntrico”, que “[...] ainda hoje continua dominando os estudos africanos, constituindo um sério obstáculo para a elucidação da realidade histórica desse continente.” (Wedderburn, 2005, p. 143).

Ora, tal representação do continente africano, isto é, a partir do ponto de vista eurocêntrico, colonizado e discriminatório, se reflete negativamente nos africanos da diáspora, na medida em que não só o território africano é visto e representado como lugar do atraso, mas as suas populações e descendentes também são. Logo, tal representação é transposta para boa parte da população brasileira, visto que o nosso país tem a maior população negra, após a Nigéria.

Portanto, se faz necessário superar essa representação dos negros em todas as áreas sobretudo na educação. Não é sem razão que Santos (2010) afirma que é preciso inserir o debate da raça e do racismo sobre raça e racismo nos currículos, dado que as relações raciais, o racismo e, evidentemente, as lutas contra este são grafadas em todos os espaços. Mas, como destacado pelo autor, o desenvolvimento de novas perspectivas pedagógicas de combate ao racismo, com a inserção dessa temática racial nos currículos escolares, ocorreu (e ainda ocorrerá) em meio às disputas de diversos atores sociais, contrários e favoráveis, com impactos na construção dos currículos escolares. Pois, o currículo é mais do que um simples documento ou uma lista de conteúdos ele é “algo em constante disputa, que aparece nestas “materializações” e nas práticas cotidianas na escola e na sala de aula, onde também há atores sociais disputando intensamente o processo de formação humana no seio da escolarização” (Santos, 2010, p. 142)

Estas disputas vêm tendo impactos na construção dos currículos escolares. Pois, sendo um conteúdo tão múltiplo e podendo ser abordado em diversas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



disciplinas, o ensino para a Educação das relações étnico-raciais pode assumir os mais diferentes enfoques, inclusive reforçando visões estereotipadas sobre o continente Africano e sobre os africanos e seus descendentes, logo sobre os descendentes de africanos no Brasil, os pretos e pardos (ou negros), como já dissemos. Para que isso não aconteça, Santos (2010) propõe revisões conceituais, revisões de estruturas e, também, a revisão de conteúdos curriculares.

5 CONCLUSÃO

Ao analisarmos as políticas públicas de combate ao racismo no Brasil, o Movimento Negro é um importante ator hora denunciando as situações de desigualdade na qual a população negra está submetida, se organizando na ocupação de espaços estratégicos e propondo medidas concretas para o combate a esse sistema excludente e estrutural na sociedade brasileira.

Sobretudo ao longo do século XX o Movimento Negro teve uma participação ativa na construção das políticas públicas no campo da educação com destaque para a aprovação da Lei no 10.639 que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira em todo sistema de ensino formal, da educação básico ao ensino superior.

Mas, são muitos os desafios para a revisão e a produção de novos conteúdos sobre África e seus descendentes, dentro e fora do continente africano. Além disso, é preciso cada vez mais que a população negra tenha acesso aos espaços privilegiados de construção do saber como é o caso das universidades públicas, seja como discente, mas, também, como docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Estado Direito e Análise materialista do racismo**. Disponível em: <https://grupodeestudosracismoecapitalismo.files.wordpress.com/2017/05/silvio-de-almeida-estado-direito-e-anc3a1lise-materialista--do-racismo.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

ANJOS, Rafael Sânzio Araújo dos. A geografia, a África e os negros brasileiros. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

ARAÚJO, Leonor Franco. A Lei 10.639/2003 e sua maior idade. Há o que se comemorar? **Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 279 mai./ago. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/57479>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: CNE, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araujo de. (Org.). **Geografia e Giro Descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

FERREIRA, A. & BITTAR, M. (2000). Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, V. 80, n. 196, p. 472-482, set./dez. 1999. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1308>. Acesso em: 19 out. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Relações etnicorraciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, vol. 12, nº 1, p.102. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20currículo.pdf. Acesso em: 27 jan. 2022.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e GONÇALVES e SILVA, Petronilha Beatriz. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, nº

PROMOÇÃO

APOIO

15, p. 134-158, set./dez. 2000. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8rz8S3Dxm9ZLBghPZGKtPjv/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 27 jan. 2022.

GOODSON, Ivor F. **Currículo**: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.

JACCOUD, Luciana e BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002. Disponível em:
<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9164/1/Desigualdadesraciais.pdf>.
Acesso em: 09 nov. 2022.

MENDES, Raquel Almeida e RATTIS, Alex. O lugar da África no Ensino de Geografia. In: ENANPEGE. A Geografia Brasileira na Ciência-Mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento. São Paulo. **Anais Eletrônicos** [...], 2017. Disponível em:
http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562639374_ARQUIVO_MENDES_RATTIS_TRABALHOENANPEGE.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.

MUNANGA, Kabengele. Teoria Social e Relações Sociais no Brasil Contemporâneo. In: **Cadernos Penesb**. Niterói: Editora da UFF, 2013, p.163-198.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Legado de um professor: uma homenagem a Andreilino de Oliveira Campos. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 9-15, jun./dez. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/fjpri/AppData/Local/Temp/45947-154793-1-SM.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2021.

PARECER CNE/CP 003/2004. In: **Orientações e Ações para Educação das Relações etnicorraciais**. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em:
<http://etnicoracial.mec.gov.br/publicacoes/item/17-orientacoes-e-acoas>. Acesso em: 16 dez. 2021.

PASSOS, Joana Célia dos, e NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. O lugar das relações etnicorraciais na geografia. **Terra Livre**. São Paulo, ano 31, vol.2, n. 47, p. 114-147, 2016. Disponível em:
<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/1272>. Acesso em: 25 jan. 2022.



PERES, E. T., (1995). **“Templo de Luz”**: os cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915). Pelotas: Seiva Publicações, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/hisales/files/2013/07/LivroTEMPLO-DE-LUZ.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

RATTS, Alex. A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 104, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/2134>. Acesso em: 15 jan. 2022.

RATTS, A. J. P. et al. Representações da África e da população negra nos livros didáticos de geografia. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 8, n. 1, p. 45-59, 2006.

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações etnicorraciais**: o negro na Geografia do Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10.639/03 Como Fruto da Luta Antirracista do Movimento Negro. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Educação antirracista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

SANTOS, Sales Augusto dos. Uma Contribuição Crítica ao “Ensino da Educação das Relações etnicorraciais” nas Ciências Sociais. **Revista TOMO**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 35, p. 251-292, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/10854>. Acesso em: 28 jan. 2022.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Educação**: um pensamento negro contemporâneo. Jundiá: Paco Editorial: 2014.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ensino de Geografia e currículo: questões a partir da Lei 10.639. **Terra Livre**. São Paulo/SP, ano 26, v.1, n. 34 p. 141-160, jan./jun. 2010.

SANTOS, Sales Augusto dos. Falta de mão de obra, habilidades técnicas ou origem racial? Fatores que condicionaram a imigração europeia para o estado de São Paulo no final do século XIX. **Pós. Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências**

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Sociais. Brasília, v. 1, nº 1, p. 37-73, 1997.

SILVA, Ana Célia da. Uma foto: o Movimento Negro Unificado-BA e a Reunião da SBPC em 1981 em Salvador. **Conversas de Historiadoras**, 07 jun. 2020. Disponível em: <https://conversadehistoriadoras.com/2020/06/07/um-mundo-em-uma-foto/>. Acesso em: 28 fev. 2022.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Entre Brasil e África: Construindo Conhecimento e Militância**. Belo Horizonte: Editora Mazza, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SIQUEIRA, Diogo Marçal; CORREA, Gabriel Siqueira Correa. A questão étnico-racial na Geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 10, n. 13, p.29-58, jan./jun.2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6476>. Acesso em: 28 jan. 2022.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Novas bases para o Ensino da História da África no Brasil. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

PROMOÇÃO



APOIO